



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 264, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público, nos termos do anexo a esta Portaria:

I - O Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2018; e

II - O Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, conforme determinação do Acórdão TCU n. 553/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **José Antonio Dias Toffoli, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, em 26/09/2018, às 19:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0710879** e o código CRC **035919B0**.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET/17 A AGO/18

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) ¹
	set/17	out/17	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	31.916.286,28	31.930.133,98	51.212.005,36	37.209.683,90	46.543.084,03	33.096.880,21	33.222.628,52	33.170.093,68	33.428.531,73	34.937.023,75	33.765.950,30	33.621.769,46	434.054.071,20	2.552.233,43
Pessoal Ativo	20.838.968,07	20.835.544,54	34.248.927,66	25.819.453,33	29.544.281,54	21.809.934,51	22.000.833,63	21.939.092,41	22.200.455,60	23.553.699,14	22.453.342,75	22.336.253,20	287.580.786,38	2.452.233,43
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas	17.682.852,04	17.653.414,14	27.701.441,81	22.542.064,34	26.275.329,57	18.491.019,67	18.699.835,78	18.611.838,51	18.833.606,06	20.153.092,25	19.033.555,39	19.012.336,74	244.690.386,30	2.339.066,11
Obrigações Patronais	3.156.116,03	3.182.130,40	6.547.485,85	3.277.388,99	3.268.951,97	3.318.914,84	3.300.997,85	3.327.253,90	3.366.849,54	3.400.606,89	3.419.787,36	3.323.916,46	42.890.400,08	113.167,32
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.077.318,21	11.094.589,44	16.963.077,70	11.390.230,57	16.998.802,49	11.286.945,70	11.221.794,89	11.231.001,27	11.228.076,13	11.383.324,61	11.312.607,55	11.285.516,26	146.473.284,82	100.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.504.912,75	8.514.485,30	13.193.207,55	8.747.660,19	13.045.493,96	8.672.748,37	8.622.842,41	8.566.786,56	8.548.053,25	8.687.192,51	8.675.738,38	8.651.123,89	112.430.245,12	-
Pensões	2.572.405,46	2.580.104,14	3.769.870,15	2.642.570,38	3.953.308,53	2.614.197,33	2.598.952,48	2.664.214,71	2.680.022,88	2.696.132,10	2.636.869,17	2.634.392,37	34.043.039,70	100.000,00
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	11.077.318,21	11.094.589,44	8.468.849,40	945.250,84	11.286.056,41	9.916.330,28	9.874.163,68	9.890.549,26	9.893.138,30	10.146.335,84	4.927.847,93	3.123.726,83	100.644.156,42	1.900.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	14.386,67	-	-	-	14.386,67	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	152.343,32	-	-	-	-	-	107.371,36	-	-	259.714,68	1.800.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.077.318,21	11.094.589,44	8.468.849,40	792.907,52	11.286.056,41	9.916.330,28	9.874.163,68	9.890.549,26	9.878.751,63	10.038.964,48	4.927.847,93	3.123.726,83	100.370.055,07	100.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	20.838.968,07	20.835.544,54	42.743.155,96	36.264.433,06	35.257.027,62	23.180.549,93	23.348.464,84	23.279.544,42	23.535.393,43	24.790.687,91	28.838.102,37	30.498.042,63	333.409.914,78	652.233,43
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR						% SOBRE A RCL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			770.352.095.000,00						-					
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)			334.062.148,21						0,043365%					
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)			567.949.785,56						0,073726%					
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)			539.552.296,28						0,070040%					
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)			511.154.807,00						0,066353%					

FONTE: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial; Portaria STF 82/2005; Unidade Responsável: Coordenadoria de Orçamento e Finanças; Data/Hora de emissão: 14/09/2018, às 18 hs.


Luiz Antônio de Souza Cordeiro
Secretário de Administração e Finanças


Armando Akio Santos Doi
Secretário de Controle Interno


Eduardo Silva Toledo
Diretor-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-
 PLENÁRIO. ITEM 9.4**
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SET/17 A AGO/18


R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	436.606.304,63
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	102.544.156,42
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	334.062.148,21

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,043365%	
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			% DA RCL	VALOR
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria STF nº 82, de 17/08/2005	0,073800%	568.519.846,11
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	Vide Nota Explicativa ¹	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Vide Nota Explicativa ¹	-	-
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

¹ As Resoluções CNJ 26/2006 e 177/2013 não alteraram o limite do Supremo Tribunal Federal.


Luiz Antônio de Souza Cordeiro
 Secretário de Administração e Finanças


Armando Akio Santos Doi
 Secretário de Controle Interno


Eduardo Silva Toledo
 Diretor-Geral